

Coleção
Eduardo Espínola

José Marcos Rodrigues Vieira

**COISA JULGADA
LIMITES E AMPLIAÇÃO
OBJETIVA E SUBJETIVA**

2ª edição
Revista, atualizada
e ampliada

2020

1180663

EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 Salvador Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

C652 Coisa Julgada: Limites e Ampliação Objetiva e Subjetiva / coordenador Fredie Didier Jr. – 2. ed., rev., ampl. e atual. – Salvador: Juspodivm, 2020.
288 p. (Eduardo Espínola)

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-068 4.

Direito Processual. 2. Coisa Julgada. I. Vieira, José Marcos Rodrigues. II. Título.

CDD 341.4353

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1. Atualidade e tradição da doutrina de Liebman.	21
2. Processo: estrutura progressiva de preclusões.	24
3. Cognição e justo processo.	25
4. Saneamento: depuração do mérito.	27
5. Ação e exceção.	28
6. Modificações da causa de pedir e sistema de estabilidade do pedido.	31
7. Mérito e integralidade.	39
CAPÍTULO I	43
COISA JULGADA: REGRAS DE CÓDIGOS ESTRANGEIROS E COMPARAÇÃO DOS CÓDIGOS BRASILEIROS DE 1939, 1973 E 2015	43
8. Metodologia comparativa.	43
9. Itália – o “mediocre expediente” exegético.	43
10. Itália – a tese de extensão da coisa julgada a fundamentos.....	45
11. Itália – coisa julgada e extensão subjetiva.	47
12. Itália – terceiros e a coisa julgada.	49
13. Itália – fato jurídico e causa de pedir.	51
14. Alemanha – impulso processual material.....	56
15. Alemanha – coisa julgada e exceção de compensação.	59
16. França – conexão ampla.	62
17. França – fundamentos e coisa julgada.	63
18. Espanha – objeto virtual do processo.	65
19. Espanha – interpretação da causa de pedir e extensão subjetiva.	66

20. Portugal fatos necessários.	68
21. Estados Unidos <i>cause of action</i>	70
22. Estados Unidos – <i>collateral estoppel</i>	72
CAPÍTULO II	75
OBJETO LITIGIOSO	75
23. Direito material e direito processual.....	75
24. Identificação da demanda.	78
25. Estado do pedido: problema concreto.	81
26. Técnica de prejudicialidade <i>versus</i> prejudicialidade lógica.....	83
CAPÍTULO III	87
JUSTO PROCESSO	87
27. Estado do processo.....	87
28. Relação de ação.....	88
29. O interrogatório livre.	90
30. Questão dubitativa.	92
31. Objeto argumentativo. As alegações e seus efeitos processuais.....	95
CAPÍTULO IV	97
EXCEÇÕES PREJUDICIAIS	97
32. Questões (ou exceções) prejudiciais.	97
33. Do pedido à <i>causa excipendi</i>	101
34. Prejudicialidade e julgamento <i>principaliter</i>	106
35. <i>Exceptio</i> : defesa e réplica.	111
36. Obstáculos cognitivos à coisa julgada.	117
37. Motivos <i>versus</i> fundamentos. Fatos jurídicos e relações jurídicas. .	121
38. Juízo de provocação: subrogação da <i>exceptio</i>	124
39. Exclusão de contrafundamentos.	133
CAPÍTULO V	137
LIDE E ESTABILIZAÇÃO	137
40. Reagregação do efeito jurídico.....	137
41. Estado do pedido.....	140

42. Relações jurídicas complexas.....	143
43. Providências preliminares.	144
44. Tutelas de urgência. Tutelas especiais.	146
45. Integridade eficaz.	147
46. Impreclusão e saneamento em cooperação.	148
47. Incontrovertibilidade pela exaustão do contraditório.	151
CAPÍTULO VI.....	155
LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	155
48. Partes e terceiros.....	155
49. Legitimação concorrente.	164
CAPÍTULO VII.....	167
DIMENSÕES AMPLIATIVAS DA COGNIÇÃO●.....	167
50. Premissas de fixação dos limites da coisa julgada.	167
51. O conceito processual de parte.	175
52. Indivisibilidade e unitariedade. Substituição processual.	177
53. Prejudicialidade e fato jurídico. Objetividade e subjetividade.	182
54. Causalidade e aquisições processuais.	186
55. Dimensões ampliativas da cognição <i>principaliter</i>	187
CAPÍTULO VIII.....	191
NATUREZA JURÍDICA DA COISA JULGADA.....	191
56. Elemento e eficácia declaratórios.	191
57. ● questão prejudicial negativa.....	193
58. Declaratividade e prejudicialidade.....	195
59. Objeto da coisa julgada.....	198
CAPÍTULO IX.....	205
EFICÁCIAS SENTENCIAIS.....	205
60. Classificação das sentenças.	205
61. Aproximação de eficácias.	207
62. Violação de direito e eficácia sentencial.	210
63. Eficácia natural. Eficácia direta. Eficácia reflexa. Eficácia de assistência.	213

CAPÍTULO X.....	217
CAUSA DE PEDIR E EFICÁCIA PRECLUSIVA.....	217
64. Eficácia jurídica.	217
65. Saneamento e organização. Programa eficaz.	220
CAPÍTULO XI	223
LIMITES DA COISA JULGADA.....	223
66. Limites da coisa julgada e justo processo.	223
67. Conexão e <i>causa excipendi</i>	224
68. Limites objetivos.	226
69. Técnica da prejudicialidade <i>versus</i> prejudicialidade técnica.	228
70. Coisa julgada e fundamentos.	231
71. Limites subjetivos.	232
72. Outras projeções subjetivas da eficácia sentencial.	243
SÍNTESE FINAL E CONCLUSÕES.....	249
BIBLIOGRAFIA	261